

A SUSTENTAÇÃO DO COLETIVO: O CUIDADO RELACIONAL COMO PRÁTICA ANTICAPITALISTA

BRUNA DA ROSA ALVES¹; ALINE ACCORSSI²

¹*Universidade Federal de Pelotas – brunaralvess@gmail.com*

²*Universidade Federal de Pelotas – alineaccorssi@gmail.com*

1. INTRODUÇÃO

Este ensaio integra o projeto de dissertação em desenvolvimento no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Pelotas, que busca investigar como as experiências de cuidado atravessam as trajetórias de mulheres dirigentes partidárias. O recorte aqui apresentado concentra-se em uma revisão narrativa da literatura, com o objetivo de tensionar a relação entre cuidado e atuação política, problematizando os limites da Teoria da Reprodução Social (TRS) na análise do trabalho relacional desenvolvido por mulheres em espaços partidários.

A pesquisa se insere no campo da Educação porque comprehende a formação não apenas como escolarização formal, mas como um processo contínuo de constituição de trajetórias (FREIRE, 1996). Assim, a análise volta-se para os modos pelos quais o cuidado, em sua dimensão relacional, contribui na trajetória, atuação e experiência de mulheres que atuam nos espaços partidários. Trata-se, portanto, de considerar o cuidado como prática formativa de identidade, capaz de estruturar tantos indivíduos quanto os modos coletivos de atuação.

A partir dessa base, problematiza-se os limites da Teoria da Reprodução Social na análise do cuidado. A hipótese central é que reduzir o cuidado à categoria de trabalho reprodutivo obscurece a dimensão das atividades relacionadas ao ambiente político partidário, que não se enquadram integralmente na dicotomia trabalho produtivo/trabalho reprodutivo (ARRUZZA; BHATTACHARYA, 2020). Essas atividades, embora invisibilizadas, atravessam o campo político e se expressam tanto em práticas remuneradas quanto não remuneradas.

A questão norteadora que orienta este estudo é: como reconhecer e teorizar as práticas relacionais sem subordiná-las a um lugar marginal na formação das trajetórias das mulheres em espaços de liderança política? Partindo dessa indagação, estabelece-se como objetivo geral analisar criticamente os limites da Teoria da Reprodução Social para compreender o trabalho relacional desenvolvido por mulheres dirigentes partidárias, propondo o conceito de cuidado relacional como categoria analítica ampliada. Para alcançar esse propósito, delimitam-se três objetivos específicos: mapear a produção científica sobre TRS, cuidado e participação política feminina; identificar lacunas teóricas na abordagem do trabalho relacional em espaços partidários; e propor uma articulação entre cuidado relacional e processos formativos no campo da Educação.

2. METODOLOGIA

A presente investigação desenvolve-se a partir da revisão narrativa, utilizada como recurso para mapear, organizar e analisar produções teóricas que dialogam com a temática em estudo. A escolha dessa abordagem justifica-se pela

possibilidade de construir uma leitura crítica e interpretativa, articulando diferentes perspectivas teóricas e metodológicas em torno da Teoria da Reprodução Social, do cuidado e da participação política das mulheres. O estudo caracteriza-se como qualitativo e de caráter exploratório-descritivo, orientado pela questão norteadora: quais são os limites da Teoria da Reprodução Social para compreender o trabalho relacional desenvolvido por mulheres dirigentes partidárias e de que modo o conceito de cuidado relacional pode ampliar essa análise?

Foram incluídas obras completas, com atenção especial ao período das últimas três décadas, em que se intensificaram os debates sobre Teoria da Reprodução Social e cuidado, principalmente na América Latina. Selecionaram-se livros de referência e textos acadêmicos que abordassem a Teoria da Reprodução Social, a economia e a crise do cuidado, bem como estudos sobre mulheres em partidos políticos, desde que disponíveis em sua totalidade. Excluíram-se produções sem relação direta com a temática, publicações duplicadas e documentos sem acesso integral.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

A Teoria da Reprodução Social (TRS) busca explicar a opressão das mulheres integrando o trabalho não remunerado à análise marxista, diferenciando-se de abordagens que separam patriarcado e capitalismo. Embora tenha sido criticada por focar na experiência de mulheres brancas e por ainda manter uma separação entre as esferas econômica e social, a TRS tem sido ampliada por meio do diálogo com o feminismo interseccional, que reconhece que a opressão de gênero não pode ser compreendida apenas pela lente de classe (Voguel, 2022; Bhattacharya, 2023; Ferguson, 2018; Arruzza, 2018).

Essa discussão é reforçada pelos estudos sobre a economia do cuidado, que distingue entre cuidado direto (relacional e difícil de mecanizar) e indireto, e entre trabalho remunerado e não remunerado. Dados quantitativos mostram que mulheres realizam a maior parte do trabalho de cuidado não remunerado globalmente, com estimativas de que, se contabilizado, esse trabalho representaria 13% do PIB brasileiro (Carpenedo; Nardi, 2013; PNAD Contínua, 2022).

Apesar da importância desses estudos, a TRS ainda não aprofundou sua análise sobre o papel da mulher em partidos políticos. Nesses espaços, mulheres frequentemente exercem funções de coordenação e mediação, que são trabalhos relacionais e feminizados, mas que não são reconhecidos nem como produção econômica nem como reprodução doméstica. O conceito de "trabalho do político" surge para descrever essas atividades como uma extensão do trabalho doméstico, essencial para a reprodução social, mas que permanece invisível (Ferreira, 2011; Biroli, 2018).

Para preencher essa lacuna, propõe-se entender essas atividades como trabalho relacional, uma categoria que expande a TRS para incluir práticas remuneradas e não remuneradas, valorizadas ou não. Na perspectiva da Educação, esse trabalho relacional pode ser visto como um processo formativo. Ao realizar mediações e sustentar coletivos, as mulheres desenvolvem e ensinam liderança, criando uma "pedagogia política" que ensina solidariedade e resistência. Dessa forma, o cuidado relacional se configura como uma prática educativa não formal que é fundamental na constituição das trajetórias políticas femininas.

4. CONCLUSÕES

O estudo evidenciou que, embora a Teoria da Reprodução Social tenha avançado ao superar as características dualistas entre produção e reprodução, ela ainda se mostra insuficiente para abranger práticas que atravessam fronteiras entre o público e o privado, o político e o doméstico. As atividades relacionais realizadas por mulheres em funções partidárias remuneradas – tais como mediação, escuta, gestão de vínculos e sustentação emocional – permanecem invisibilizadas ou desvalorizadas, mesmo sendo fundamentais para a sustentação da vida coletiva e para o funcionamento das organizações políticas.

A proposta do cuidado relacional como categoria analítica ampliada representa uma contribuição teórica que permite: (1) visibilizar práticas híbridas que circulam nas fronteiras entre mercantilização e informalidade; (2) considerar a dimensão formativa dessas atividades no campo da educação; (3) superar a dicotomia produção/reprodução que limita a compreensão das experiências políticas femininas.

Este ensaio representa um passo inicial no esforço de consideração do cuidado relacional como categoria analítica fundamental para compreender as trajetórias de mulheres dirigentes partidárias. A etapa empírica prevista – focada em entrevistas com mulheres dirigentes partidárias – permitirá aprofundar a compreensão de como essas experiências de cuidado atravessam e reconfiguram suas trajetórias, oferecendo novas lentes para pensar tanto a reprodução social quanto a formação política e educacional de mulheres em espaços de poder. O cuidado relacional revela-se, nesse sentido, essencial não apenas por sustentar a vida coletiva, mas também porque se opõe à lógica capitalista de individualização e ao estreitamento do senso de comunidade, artimanhas que viabilizam a financeirização e mercantilização dos cuidados, enfraquecendo práticas coletivas.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ARRUZZA, C. Funcionalista, determinista e reducionista: o feminismo da reprodução social e seus críticos. *Cadernos Cemarx*, Campinas, p. 39-60, 2018.
- ARRUZZA, C.; BHATTACHARYA, T. Teoria da Reprodução Social. Elementos fundamentais para um feminismo marxista. *Arquivos de História do Movimiento Obrero y la Izquierda*, Buenos Aires, v. 16, p. 37-69, 2020.
- BHATTACHARYA, Tithi (org.). *Teoria da reprodução social: remapear a classe, recentralizar a opressão*. Tradução: Juliana Penna. São Paulo: Elefante, 2023.
- BIROLI, Flávia (org.). *Gênero e desigualdades: limites da democracia no Brasil*. São Paulo: Boitempo, 2018.
- CARPENEDO, M.; NARDI, H. C. *Mulheres brasileiras na divisão internacional do trabalho reprodutivo: construindo subjetividade(s)*. Revista de Estudios Sociales, n. 45, p. 96–109, abr. 2013.
- FEDERICI, Silvia. *O patriarcado do salário: notas sobre Marx, gênero e feminismo*. Tradução: Heci Regina Candiani. São Paulo: Boitempo, 2018. v. 1.

FERREIRA, José. O trabalho político. *O Social em Questão*, Rio de Janeiro, Ano XIV, n. 25/26, p. 157–186, 2011. Disponível em: https://osocialemquestao.ser.puc-rio.br/media/9_OSQ_25_26_Ferreira.pdf Acesso em: 9 ago. 2025.

FERGUSON, S. Feminismos interseccionais e da reprodução social: rumo a uma ontologia integrativa. *Cadernos Cemarx*, Campinas, p. 13-38, 2018.

FRASER, Nancy. Contradições entre capital e cuidado. *Princípios: Revista de Filosofia*, Natal, v. 27, n. 53, p. 261-288, maio/ago. 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/principios/article/view/16876>. Acesso em: 29 jul. 2025.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*. São Paulo: Paz e Terra, 1996. (Coleção Leitura).

ROTHER, Edna Terezinha. Revisão sistemática x revisão narrativa. *Acta Paulista de Enfermagem*, São Paulo, v. 20, n. 2, p. v–vi, jun. 2007.

Revista M. Estud. e Pesq. em Enfermagem, v. 7, n. 3, p. 79–83, 2007.

Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua: *PNAD Contínua: Microdados*. Rio de Janeiro: IBGE, 2022

VOGEL, Lise. *Marxismo e a opressão às mulheres: rumo a uma teoria unitária*. Tradução: Grupo de Estudos sobre a Teoria da Reprodução Social (GE-TRS), com organização e tradução de Camila Carduz Rocha et al. São Paulo: Expressão Popular, 2022. 455 p.